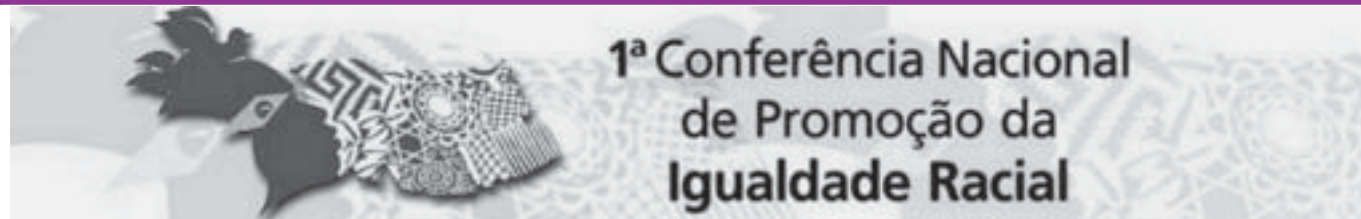


por Denise Gomide

Ano XIII - Cunhary 60 - Abril-Junho/2005

Fotos: Maria Mulher - Organização de Mulheres Negras/RS



1ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial

1ª Conapir: a construção do plano nacional de políticas de promoção da igualdade racial no Brasil

Debater as relações raciais e étnicas no Brasil, com vistas à construção do Plano Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial: este foi o desafio central da 1ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (1ª Conapir), ocorrida no período de 30 de junho a 2 de julho de 2005, em Brasília. Estado e sociedade construindo a igualdade racial foi o tema central deste encontro, realizado sob a coordenação geral da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) – que tem à frente a ministra Matilde Ribeiro – e do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPiR), parte da estrutura da Seppir, constituído por representações de organizações e articulações da sociedade civil, governamentais e por pessoas com notório reconhecimento em relações raciais.

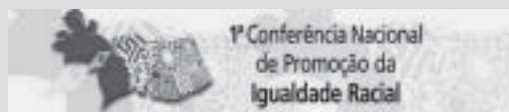
Vale salientar que a 1ª Conapir acontece em 2005, decretado pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, o Ano Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Mais do que uma conferência chamada pelo governo, o debate público sobre as muitas discriminações e problemáticas que afligem o cotidiano da população negra no Brasil é uma antiga reivindicação do movimento negro, bem como de outros movimentos sociais e organizações não-governamentais. Com isso, e considerando as populações-alvo da Seppir, a 1ª Conapir também teve na base da sua pauta discutir e propor ações contra os antigos problemas sofridos pelos povos indígenas, cigano, judaico, palestino-árabe no território nacional.

Para dar conta da amplitude dessas discussões, a Conferência Nacional foi antecedida por um processo preparatório, com conferências municipais, regionais e estaduais, das quais participaram, ao todo, 90 mil representações. A 1ª Conapir contou com 963 delegados e delegadas credenciados(as), das 1.136 representações nomeadas pelas conferências estaduais, sendo que 60% eram representantes da sociedade civil e 40%, dos go-



vernos federal, estaduais e municipais. Conforme a Seppir, o número de eleitos e eleitas contemplou o número de habitantes de cada Estado.

Mas, para além da comemoração deste grande evento ter acontecido, é preciso lembrar que a necessidade da sua realização consagra, infelizmente, que o Brasil esconde, sim, um grande e opressor racismo, praticado todos os dias por parcelas da sua população.



A discriminação e a opressão sem máscaras



Desde as atividades culturais de todos os segmentos representados que abriram a 1ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, passando pelos discursos de autoridades governamentais – como o presidente Lula –, as mesas temáticas até a reunião dos grupos de trabalho para discutir as diretrizes do Plano, era notório que o fim da discriminação racial e étnica no Brasil é possível, mas com muita luta.

Já na abertura, a cantora Leci Brandão, militante negra e membro do CNPIR, falou em nome dos segmentos representados na Conferência. “É a primeira vez na história do Brasil que um governo cria uma Secretaria voltada para as questões raciais, e não podemos esquecer que esta ação é resultado da luta do movimento negro”, lembrou Leci, ao iniciar sua contundente fala. “As mulheres que fazem parte deste povo querem respeito, desenvolvimento e liberdade. O povo quer saúde, educação, emprego, segurança, moradia, até porque ele tem esse direito, já que os recursos públicos pertencem aos eleitores (...) A partir de amanhã, o que se espera desta 1ª Conferência é que tudo que aqui for aprovado seja efetivamente cumprido.”

Mesas

A programação da 1ª Conapir teve por base três eixos temáticos bastante amplos: 1) Reflexão sobre a realidade brasileira, do ponto de vista da sociedade e da estrutura do Estado, considerando os mecanismos de reprodução da discriminação, do racismo e das desi-

gualdades. 2) Promoção da Igualdade nas três instâncias de governo - municipal, estadual e federal - e o cumprimento de compromissos internacionais objetos de acordos, tratados e convenções. 3) Proposição de diretrizes para o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial e Étnica considerando a perspectiva de gênero, cultura e religião.

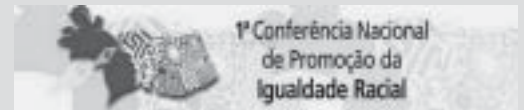
Com isso, no primeiro e segundo dias, ocorreram quatro mesas redondas. Políticas de promoção da igualdade racial e de ações afirmativas foi a primeira mesa, composta por ministros e ministras ou seus representantes, que apresentaram os trabalhos de seus ministérios, salientando as parcerias com a Seppir. Uma segunda mesa realizou o Diálogo sobre políticas culturais na América e no Caribe com representantes da área cultural da sociedade civil, de países como os Estados Unidos, Cuba e Venezuela.

Em 1º de julho, uma mesa, composta por representantes tanto governamentais quanto da sociedade civil, teve no centro do debate Identidade nacional, política e legislação para a superação do racismo.

Contudo, a falta de interlocução com as pessoas presentes após todas as apresentações foi bastante comentada.

Estatuto

“Espero em Deus que o resultado da Conferência possa contribuir para que seja aprovado no Congresso Nacional o Estatuto da Igualdade Racial, incluindo o capítulo IV, ou seja, o Fundo Nacional da Igualdade Racial.



Não se faz política pública sem verbas”, salientou Leci Brandão, também em sua fala na abertura da 1ª Conapir. Mas, o que é o Estatuto da Igualdade Racial? Muito divulgado principalmente pela imprensa afro, o Estatuto, de autoria do senador Paulo Paim, quando deputado federal (Projeto de Lei 3.198/2000), já foi aprovado por uma Comissão Especial e está desde 2002 para ser votado pela Câmara dos Deputados. O documento dispõe “sobre a instituição do Estatuto da Igualdade Racial, em defesa dos que sofrem preconceito ou discriminação em função de sua etnia, raça e/ou cor”, e visa, entre outros, a incluir a dimensão racial nas políticas públicas desenvolvidas pelo Estado. Assim, não podia ser diferente: a Conapir contou com uma mesa composta por representantes parlamentares para debater o tema, além de ter tido uma moção de apoio e sido a motivação da apresentação extra do próprio Paim às pessoas participantes.

As temáticas que deram base ao documento com as diretrizes gerais (elaboradas pelas Conferências estaduais) a serem discutidas na 1ª Conapir, bem como aos painéis e grupos de trabalho foram: Políticas de Trabalho e Desenvolvimento Econômico; Políticas de Educação; de Saúde; sobre Diversidade Cultural; de Direitos Humanos e Segurança Pública; para Comunidades Remanescentes de Quilombos; para Povos Indígenas; para Juventude; para Mulheres; Política Internacional; Religiões de Matriz Africana; Fortalecimento das Organizações Anti-Racismo. Na plenária, os resultados dos debates em grupos espelham, por sua vez, as possibilidades e os limites de se tratar, numa mesma instância, realidades tão distintas quanto a dos segmentos representados. Por um lado, entre muitas lágrimas das pessoas presentes, judeus e judias fizeram um pacto de viver em harmonia com palestinos e árabes no Brasil, tendo em conta a sua história de relacionamento pacífico no país. Ciganos e ciganas, por sua vez, comemoravam a possibilidade de reivindicar e visibilizar sua maior necessidade: que as pessoas nômades tenham direito a documentos, sem os quais não são ninguém nem fazem nada em sociedade. De outro lado, porém, indígenas exigiram a criação de uma Secretaria Especial dos Povos Indígenas, com status de ministério, causando, com isto, um grande mal-estar: têm sido muitos os esforços da população negra para incorporar e demandar justiça também a esses povos.

Entretanto, a juventude também mostrou a sua “diferença”: houve acordo em todas as diretrizes que analisaram.

E as mulheres...

Os dois grupos que trataram de Políticas para Mulheres levaram à plenária somente dois pontos, com pequenas modificações. E, aqui, ficaram evidentes, também, as ações do movimento feminista e de mulheres: o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, elaborado pela 1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, foi reafirmado. Paralelamente, a presença das mulheres quilombolas também foi marcante: elas deram grande repercussão à reivindicação central para os povos remanescentes de quilombos, ou seja, a regularização e titulação das suas terras, onde hoje vivem em muitos conflitos com posseiros e fazendeiros, sofrendo inclusive ameaças de morte.

E agora?

Segundo divulgado no site da Seppir, entre os próximos passos após a 1ª Conapir, estão: em 25 de julho, acontecerá uma reunião, em Brasília, de avaliação da Comissão Organizadora. Nos dias 16 e 17 de agosto, o CNPIR se reunirá para avaliar o evento e discutir os encaminhamentos. Já as proposições elaboradas pelos grupos serão base para a elaboração do Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial, que será construído pela Seppir e pelo CNPIR. Para tal, será formado um grupo de trabalho, constituído por diversos ministérios, tendo em conta a necessidade de estabelecer metas e indicação de custos para a execução das políticas. A Seppir pretende publicar o final do documento em novembro deste ano.

Saiba mais detalhes sobre a 1ª Conapir pelo site da Seppir:
<http://www.presidencia.gov.br/seppir/>
 E-mail: seppir@planalto.gov.br.



Brasil: uma história de mais de 500 anos de racismo

“A população negra no Brasil deu mostras claras de que não tolera mais a hipocrisia de uma sociedade que insiste em afirmar que o racismo, o preconceito e a discriminação no Brasil são coisas do imaginário de radicais do movimento negro. Dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia), do Ipea (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas) e de agências da ONU (Organização das Nações Unidas) escancaram essa situação que, mesmo depois de 117 anos da abolição da escravidão, não registrou mudanças na qualidade de vida deste povo para cá trazido da forma mais cruel possível. Mesmo assim, sonham em usufruir das imensas riquezas aqui produzidas e nunca distribuídas”. Estas afirmações são da ministra Matilde Ribeiro, em seu artigo no boletim Destaque Seppir (nº 43, de 9 a 15 de julho), publicado após a conferência.

Para saber mais sobre esta história, não é preciso realmente ir além da página eletrônica da Seppir: além dos “dados da desigualdade”, estudos do economista e coordenador do Observatório Afro-Brasileiro, Marcelo Paixão, que deram base ao documento central da 1ª Conapir, mostram os horrores desta “trajetória” nacional. Ele nos relembra, por exemplo, que a elite escravocrata traçou estratégias para diminuir o peso da presença negra na população brasileira do século XIX. Para tal, o Estado, atendendo às elites cafeeiras, estimulou o ingresso de 2,7 milhões de europeus(éias) no Brasil, entre 1884 e 1913. Este projeto de branqueamento previa, progressivamente, a assimilação e a dizimação das populações negra e indígena brasileiras.

“Tais grupos sociais, associados ao passado escravista, deveriam ser eliminados durante a modernização brasileira, para que a nação se tornasse ocidental e branca. Somente assim, segundo a visão escravocrata, o país estaria habilitado ao desenvolvimento econômico e ao progresso”, diz o documento. “No entanto, esse projeto não se concretizou, demonstrando a resistência material, física e espiritual da população negra. Atualmente, estima-se 80 milhões de negros, num total de mais de 180 milhões de habitantes, segundo o IBGE, fazendo do Brasil a segunda maior nação negra do mundo fora do Continente Africano, sendo a primeira a Nigéria, com cerca de 136 milhões de habitantes.”

Números atuais desta triste história

“Considera-se discriminação racial toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida.” (Estatuto da Igualdade Racial, Título I, art. 1º, parágrafo 1º).

➔ Segundo classificação no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que mede o nível de desenvolvimento humano dos países utilizando como critérios indicadores de educação (alfabetização e taxa de matrícula), longevidade (esperança de vida ao nascer) e renda (PIB per capita), em 2004, o Brasil ocupava o 72º lugar. Se na classificação fosse considerada somente a população negra, estaria em 101º; se a branca, em 46º (Fontes: OIT e IBGE).

➔ Em 2003, 20% da população branca situava-se abaixo da linha de pobreza, enquanto que 43% da população negra encontrava-se nesta mesma situação.

➔ Trabalhadores e trabalhadoras negros(as) recebem, em média, por hora trabalhada, 50% do que recebem trabalhadores e trabalhadoras brancos (as). As mulheres negras recebem apenas 39% do que recebem os homens brancos, por hora trabalhada. E com o mesmo nível de escolaridade, negros recebem sempre 30% a menos que os brancos, por hora trabalhada. (OIT).

➔ Em 2000, mulheres brancas esperavam viver 73,8 anos quando nasciam; mulheres negras, 69,5; homens brancos, 68,2; homens negros, 63,2. (Unifem/Ipea).

➔ Três vezes mais mulheres negras morrem na idade reprodutiva por complicações na gravidez, no parto e puerpério (pós-parto) na comparação com as mulheres brancas. (Manual de assistência à saúde da mulher negra).

➔ Em 2003, 16,8% das pessoas negras maiores de 15 anos eram analfabetas; para as brancas, o índice era de 7,1%. (Unifem/Ipea).